

Por amor de Deus: "Deponham as armas!"

[Por uma "reforma da reforma" que restaure a paz litúrgica.

Card. Walter Brandmüller

Não é à *Constituição Conciliar "Sacrosanctum concilium"* do Concílio Vaticano II, mas sim à implementação da reforma litúrgica, que devemos à fragmentação que se espalhou por muitas partes do mundo católico. O que se seguiu foi um conflito doentio entre "progressistas" e "retrógrados". Isto é surpreendente? Não, de todo. Isto só demonstra até que ponto a liturgia ocupa um lugar central na vida dos fiéis. Além disso, o chamado "conflito litúrgico" não é um fenómeno que tenha surgido com o Concílio Vaticano II, nem sequer é específico do catolicismo. Quando, na Rússia Ortodoxa em 1667, o Patriarca Nikon e o Czar Alexis I introduziram uma reforma litúrgica, várias comunidades separaram-se, algumas chegando mesmo a rejeitar o sacerdócio, criando divisões que continuam até hoje. Durante o Iluminismo, as polémicas acesas também dilaceraram o Ocidente católico e protestante devido à introdução de novos *Hinários*. Na França católica, a substituição da antiga liturgia galicana pelo novo *Missale Romanum* em meados do século XIX provocou uma forte indignação. Em suma, não era uma questão dogmática ou verdade revelada, como foi o caso de Ario e Lutero. Estas questões foram antes objeto de debate nos círculos intelectuais.

Ora o que afecta a vida quotidiana de fé são os ritos, os costumes, as formas concretas da piedade diária. E foi aí que o conflito reacendeu, por vezes até devido a pormenores secundários, como a variação das palavras de um hino ou de uma oração. A controvérsia tornou-se ainda mais amarga porque a razão da disputa parecia absurda. Num campo assim minado, é impossível colocar um bulldozer. Na maioria dos casos, não é a doutrina da fé que é posta em causa, mas sim o sentimento religioso, as fórmulas devocionais, os hábitos. E as consequências são muito mais profundas do que uma fórmula teológica abstrata, porque impactam a experiência de vida. Da mesma forma, é igualmente errado invocar slogans como "debaixo das batinas, um milénio de cheiro a mofo" para exigir demolição e ruptura com a tradição, pois isso seria não só comprometer o direito do cristianismo, mas também o da tradição humana transmitida como herança. Isto é geralmente verdade para qualquer tentativa de reforma, especialmente quando se trata da prática religiosa diária, como a reorganização das paróquias, por exemplo, que afecta directamente a vida dos fiéis.

O que é surpreendente é que não houve tal desconfiança ou rejeição da novidade quando Pio XII reformou a Vigília Pascal em 1951 e depois toda a liturgia da Semana Santa em 1955. Eu próprio vivi pessoalmente essa experiência quando era seminarista e

jovem padre. E, para além de umas quantas reacções de perplexidade, em algumas paróquias rurais, onde quer que estas reformas tenham sido fielmente implementadas, receberam uma expectativa jubilosa, para não dizer entusiasmo. E, no entanto, hoje, com o benefício do tempo, poder-se-ia questionar porque é que as reformas de Paulo VI provocaram algumas das reacções que são por demais conhecidas. No primeiro caso, a Igreja experimentou um novo impulso litúrgico e, no segundo, muitos viram nele uma ruptura litúrgica com a tradição. Após o pontificado de Pio XII, em muitos círculos eclesiásticos, a eleição de João XXIII foi vista como uma libertação da camisa de forças do Magistério. Abriu-se a porta até ao diálogo com o marxismo, a filosofia existencialista, a Escola de Frankfurt, Kant e Hegel, e com eles uma forma radicalmente diferente de conceber a Teologia. Chegava a hora do individualismo teológico e da despedida de tudo o que então era descrito como "retrógrado". As consequências para a liturgia foram graves. A arbitrariedade, a proliferação e o individualismo desenfreado levaram, em muitos locais, à substituição dos textos da Missa por composições pessoais, compiladas em cadernos preparados em espiral pelos celebrantes. O resultado foi o caos litúrgico e um êxodo sem precedentes da Igreja que continua até hoje, apesar das reformas de Paulo VI. Em resposta, assistimos ao nascimento de grupos e círculos determinados a opor-se à desordem com uma fidelidade inabalável ao *Missale Romanum* de Pio XII. Quanto mais arbitrariedade e desordem reinavam por um lado, mais se apoiavam no outro, recusando qualquer novo desenvolvimento, apesar da experiência positiva das reformas de Pio XII. Assim, até a reforma do *Missal* de Paulo VI – que não era isento de defeitos – encontrou muita crítica e resistência. E mesmo quando estas objecções eram justificadas, não o foram de facto. O *Novus Ordo* tinha sido promulgado pelo Papa: apesar das críticas legítimas, tinha de ser recebido na obediência. E, no entanto, o que aconteceu? Para alguns, as reformas não foram suficientes: continuaram então a celebrar Missa com os cadernos, fruto da sua criatividade pessoal. Outros, por outro lado, opuseram-se à fidelidade à "Missa de todos os tempos", esquecendo – ou ignorando – que o rito da Santa Missa foi utilizado e transformado ao longo dos séculos, assumindo diferentes formas tanto no Oriente como no Ocidente, de acordo com os respetivos contextos culturais. Na verdade, *a única "Missa de todos os tempos" é reduzida às palavras de Consagração* [sublinhado meu], que também essas nos chegam são relatadas com diferentes formulações nos Evangelhos e em São Paulo. Ali está, a única, a única "Missa de sempre". E onde as pessoas não quiseram estar cientes disto, foram erguidos baluartes e a luta continua até aos dias de hoje.

Não se deve esquecer que a liturgia autêntica, celebrada conscienciosamente em nome da Igreja, permanece em muitos lugares uma realidade pacífica e diária. Permanece uma questão: como poderia surgir um conflito tão virulento? Um olhar para a história diz-nos algo. As batalhas travadas após o Concílio de Trento não foram sobre a natureza da Sagrada Eucaristia. O novo *Missale Romanum* de Pio V foi gradualmente introduzido nos diferentes países e, finalmente, em França no final do século XIX, sem causar qualquer

conflito, enquanto os antigos ritos locais, tal como os “próprios” das ordens religiosas, continuaram sem dificuldade. Só no início do século XX, no contexto do modernismo, é que a controvérsia sobre o “sacrifício” da Missa ressurgiu, embora não tanto sobre o ritual, mas sobre a essência do próprio sacrifício. O início da Primeira Guerra Mundial, com as suas trágicas consequências para a Europa, impediu uma solução adequada, deixando esta questão por resolver. E nos anos que se seguiram, o *Movimento Litúrgico*, que foi importante no período pós-guerra, também se concentrou mais – com raras exceções – não na essência, mas sim na *realização* da liturgia, em particular no sacrifício da Missa pelas comunidades dos fiéis. A ascensão das ditaduras comunista, fascista e nazi que conduziu à Segunda Guerra Mundial e às suas consequências impediu novamente uma solução definitiva.

Foi Pio XII, no meio dos problemas do período pós-guerra e bem ciente das questões não resolvidas relativas ao Santo Sacrifício da Missa, quem retomou o tema na *Encíclica “Mediator Dei”*, de 1947, reafirmando e clarificando a doutrina provinda do Concílio de Trento e, finalmente, fornecer indicações para uma celebração litúrgica digna. No entanto, tal não foi suficiente para apaziguar as controvérsias, pelo contrário: foram retomadas com renovado vigor, não tanto sobre o rito como, novamente, sobre a natureza do sacrifício eucarístico. A insistência excessiva – ao ponto de uma verdadeira absolutização – no carácter convivial da Santa Missa conduziu, e ainda conduz, a graves abusos litúrgicos, chegando por vezes à blasfémia: abusos que resultam de mal-entendidos fundamentais sobre o mistério da Eucaristia. Além disso, deixou-se quase sempre ao critério do sacerdote decidir se a Santa Missa será celebrada fielmente no *Novus Ordo* ou se as ideias subjetivas do celebrante terão carta branca. Os casos em que as autoridades episcopais intervieram contra abusos foram bastante raros. Ainda não foi suficientemente compreendido que *esta dissolução da unidade litúrgica é causada pela incerteza ou mesmo pela perda da fé autêntica* e constitui uma ameaça à própria unidade da fé. É, portanto, necessário – se quisermos evitar ou curar fracturas fatais na unidade eclesial – alcançar a paz, ou pelo menos uma trégua, no plano litúrgico. Por isso, vale a pena usar o título do famoso romance pacifista de Bertha von Suttner, publicado em 1889 e desde então reimpresso 37 vezes e traduzido para 15 línguas: *Die Waffen nieder!* “Deponham as armas!”

Isto significa que é necessário, antes de mais, desarmar a linguagem quando falamos da liturgia. Ao mesmo tempo, será importante evitar qualquer forma de acusação recíproca. Nenhum dos lados deve questionar a gravidade das intenções do outro. Para simplificar: a tolerância e a controvérsia devem ser evitadas. Ambos os lados devem garantir uma liturgia que respeite escrupulosamente os seus respetivos padrões. A experiência mostra que tal aviso não só se aplica aos “progressistas”, mas também aos apoiantes da “Missa Antiga”. Ambos devem estudar com imparcialidade o Capítulo II da Constituição Conciliar, a fim de analisarem, de forma crítica, os desenvolvimentos subsequentes. Ficará então evidente até que ponto a prática pós-conciliar se afastou desta Constituição

à qual, não se deve esquecer, o próprio arcebispo Marcel Lefebvre aderiu. Só assim, em silêncio e com grande paciência, será possível trabalhar para uma reforma da reforma, capaz de corresponder verdadeiramente às disposições da *Constituição "Sacrosanctum Concilium"*. Então chegará o momento em que poderá ser apresentada uma reforma capaz de honrar as legítimas exigências de ambos os lados. Mas enquanto esperamos por esse dia, mais uma vez, pelo amor de Deus: "Deponham as armas!"